



SEGUNDA REUNIÃO PREPARATÓRIA AO 40º ENCONTRO DE LAVRADORES E LAVRADORAS DO BAIXO MUNIM

No dia 13 de abril de 2024, foi realizada a segunda reunião preparatória ao 40º Encontro de Lavradores e Lavradoras do Baixo Munim (ELLBM), em Santo Antônio do Napoleão, em Cachoeira Grande.

Estiveram presentes representantes das Comunidades dos Municípios de Morros, Cachoeira, Santa Rita e Icatu, juntamente com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR).

Ficou definido o lema do 40º Encontro ("Gerando conhecimento, fraternidade, resistên-

cias e direitos nas comunidades"), orçamento do Encontro, doações, divulgação e lista de convidados. Também foram revisadas as providências já tomadas e em andamento pela Comunidade Santo Antônio do Napoleão. Por fim, foi abordada a organização do ELLBM em Icatu, previsto para 2025, em articulação com a ACR, parceiros e demais comunidades envolvidas.

ESTA EDIÇÃO

Preparação para o 40º ELLBM

O Grito da Terra no Maranhão

Assembleia Popular do baixo Parnaíba

Apoio Popular contra agrotóxicos

GTT Sales Pimenta e MDH em São Luís

Quem mandou matar Eivaldo?

Fortalecendo a participação popular na reforma do Sistema Carcerário

4º Encontro das Redes Sociais em Brasília



O GRITO DA TERRA MARANHÃO

No dia 23 de abril de 2024, durante o evento O Grito da Terra Maranhão, foram entregues dois títulos de terras a comunidades locais. Uma das beneficiadas foi a Comunidade Estiva do Cangati, localizada em Belágua.

A Comunidade Estiva do Cangati, que fazia parte do Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos no Maranhão (PEPDDH.MA), teve seus riscos e ameaças diminuídos e, por isso, foi desligada do Programa. No entanto, a comunidade continua ativa na Rede Local de Proteção Popular do Baixo Parnaíba Maranhense, participando de formações, mobilizações e apoiando outras comunidades.

A entrega dos títulos de terra representou uma importante conquista para a Comunidade Estiva do Cangati, que agora pode seguir lutando por seus direitos e pela preservação do território.

A presença da SMDH nas comunidades que lutam por seus territórios é fundamental. O reconhecimento da contribuição da SMDH pela liderança da comunidade Estiva do Cangati durante a entrega do título de terra é um testemunho da importância do apoio prestado. Agradecimentos foram feitos à FETAEMA, ao STTR de Belagua, à Diocese do Brejo e à SMDH por terem auxiliado nos momentos mais difíceis e de maior risco para a comunidade. A presença e o suporte dessas entidades foram essenciais para que a Comunidade pudesse alcançar essa conquista tão significativa.

Mesmo diante de sinais de ódio e desprezo nas redes sociais, a força e a determinação da classe trabalhadora e das comunidades rurais se fizeram presentes e eram um recado claro no evento O Grito da Terra. O reconhecimento e a valorização dos lavradores e lavradoras são essenciais para fortalecer a luta por direitos e pela preservação do meio ambiente. A união e a solidariedade entre as comunidades e as entidades que as apoiam são fundamentais para enfrentar os desafios e garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.



ACAMPAMENTO MARIA ARAGÃO CELEBRA 17 ANOS DE LUTAS E RESISTÊNCIA COM ASSEMBLEIA POPULAR DO BAIXO PARNAÍBA

O Acampamento Maria Aragão, em Duque Bacelar, comemorou seus 17 anos de lutas e resistência no último dia 21 de abril. Para marcar a data, sediou no dia 15 de abril a Assembleia Popular do Baixo Parnaíba, integrando a Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária, organizada pelo MST.

Cerca de 200 pessoas de 21 comunidades dos municípios de Buriti, Duque Bacelar, Coelho Neto e Vargem Grande participaram do evento, que contou com a presença de organizações como MST, STTRs de Duque Bacelar, Coelho Neto e Urbano Santos, Programa de Assessoria Rural da Diocese de Brejo, Conselho Pastoral de Pescadores, Pastorais Sociais de Duque Bacelar, além de instituições partidárias como PT de Buriti e Coelho Neto, Gabinete do Deputado Estadual Júlio Mendonça/PC do B e a SEDIHPOP.

A atividade trouxe a memória do massacre de Eldorado dos Carajás e repudiou a violência, impunidade, desigualdades, fome e acima de tudo as injustiças e as agressões ambientais praticadas pelo agronegócio através de desmatamentos, envenenamentos, e grilagens de terra.

Além disso, foi discutida a questão dos cadastros de famílias para possíveis futuros assentamentos na região, visando garantir o acesso à terra e a dignidade das famílias camponesas. A luta pela reforma agrária e pela justiça social continuam sendo pautas fundamentais para as comunidades rurais do Baixo Parnaíba, que buscam resistir e se organizar em meio aos desafios enfrentados no campo.



MOBILIZAÇÃO POPULAR CONTRA A PULVERIZAÇÃO AÉREA DE AGROTÓXICOS NO MARANHÃO



A SMDH, juntamente com outras organizações, participou do "Seminário Regional sobre as Consequências e o uso Indevido dos Agrotóxicos", realizado de 08 a 10 de março de 2024, no Oasis, em São Luís. O evento foi promovido pela Articulação Regional das Pastorais Sociais-REPAM CNBBNE5 e teve como um dos objetivos encaminhar a proposta de Lei Estadual Contra os Agrotóxicos. Além disso, foi destacada a importância de dar continuidade ao trabalho de multiplicação das discussões e decisões tomadas durante o Seminário.

No dia 25 de abril, em Brejo, o Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense se reuniu para organizar a coleta de assinaturas na região em apoio ao Projeto de Lei que visa proibir a pulverização de agrotóxicos. Diversas entidades estiveram presentes nesse encontro, incluindo a SMDH, o Programa de Assessoria Rural da Diocese de Brejo, o CPP, os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) de Paulino Neves e Tutóia, a Pastoral da Criança, o Grupo Companheiras de Santa Quitéria/Território Quilombola de Cana Brava, o Centro de Defesa de Santa Quitéria, a Paróquia Chapadinha, as Comunidades de Currálinho, Repartição, Baixão dos Rocha, Estiva de Cangati, os Territórios Quilombolas de Cancela e Guarimã, e a Comissão de Campanhas da Diocese de Brejo.



União de forças demonstram o compromisso das organizações com a proteção da saúde de todos/as/es e do meio ambiente, e reforça a importância da mobilização popular para combater os impactos negativos dos agrotóxicos nos territórios.



ESCUTA ATIVA

DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS



EQUIPE DO GTT SALES PIMENTA E MDHC VISITAM SÃO LUÍS PARA ELABORAÇÃO DE PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO A DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

No dia 25 de abril, uma equipe do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Sales Pimenta e do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) realizou uma importante visita a São Luís. Esta iniciativa foi resultado de uma ação judicial de autoria de diversas organizações da sociedade civil, incluindo a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH. O objetivo principal do GTT é a elaboração de um Plano Nacional de Proteção para Defensores e Defensoras de Direitos Humanos em todo o país que estejam enfrentando riscos e ameaças devido à sua atuação em prol dos direitos humanos.

Durante a visita, alguns defensores e defensoras em proteção tiveram a oportunidade de serem ouvidos ativamente pela equipe do GTT. Foi um momento crucial para entender suas necessidades e desafios, visando a implementação de medidas eficazes de

proteção. Suas contribuições serão essenciais para a formulação de um plano nacional abrangente que leve em consideração as realidades e demandas de quem está na linha de frente na defesa dos direitos humanos.

A representatividade dos 25 defensores/as selecionados/as para participar desse processo de escuta ativa é um passo importante para garantir que diferentes perspectivas e vivências sejam consideradas na elaboração do Plano de Proteção. É uma oportunidade valiosa para que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam consideradas na construção de políticas eficazes de proteção.

Espera-se que essas contribuições resultem em políticas mais eficazes e abrangentes que garantam sua segurança, integridade e capacidade de continuar sua importante atuação em defesa dos direitos.



DOIS ANOS APÓS O ASSASSINATO DE SEU EDIVALDO PEREIRA ROCHA: A BUSCA POR JUSTIÇA CONTINUA

Confira em nosso site clicando [AQUI](#) ou aponte ou aponte o seu aparelho para o QR code disponível ao lado



A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos apresentou propostas para melhorar o Sistema Carcerário Brasileiro durante uma consulta promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Essas contribuições fazem parte das etapas de construção do Plano Pena Justa, uma medida determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para enfrentar a situação inconstitucional das prisões brasileiras.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos propôs a regularização das situações processuais penais, com critérios claros para a prisão preventiva, controle mais rigoroso da atividade dos magistrados pelo CNJ em relação às prisões provisórias e a vinculação da promoção dos juízes a critérios que incentivem a redução das prisões provisórias.

Uma proposta adicional foi a de controlar e racionalizar o uso excessivo da prisão, tornando-a mais seletiva no Sistema Penal. Também foi sugerido drogas para ações de cuidado e prevenção, abordando o uso de substâncias de forma mais humanizada e eficaz.

A SMDH sugeriu que o CNJ adote recomendações para incentivar a criação de leis de políticas públicas de alternativas penais em todas as unidades da federação, visando reduzir o encarceramento em massa.

Sugere também a criação de Fundos Municipais para financiar serviços de alternativas penais, visando garantir a sustentabilidade e expansão da Política Estadual de Alternativas Penais. Esses fundos seriam uma fonte de recursos específicos para implementar programas e projetos que promovam medidas alternativas à prisão, contribuindo para reduzir o encarceramento em massa.

No formulário foi proposto como prioridade a adoção de medidas de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, além da necessidade de desnaturalizar a morte na prisão por meio da mudança da abordagem, fluxos e responsabilização. Como proposta adicional ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT). A proposta destaca não apenas da implementação, mas também o fortalecimento dos Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura. Essa medida visa capacitar essas instâncias para atuarem de forma eficaz na repressão à tortura nos locais de privação de liberdade.

**CONFIRA AQUI O
REGISTRO NA
INTEGRA:
PROPOSTAS PARA O
PLANO PENA JUSTA
- SOCIEDADE
MARANHENSE DE
DIREITOS HUMANOS**



Todas as propostas apresentadas foram retiradas do documento “Parâmetros para o Desencarceramento no Estado do Maranhão”. Para ter acesso ao inteiro teor desse documento, você pode acessar [AQUI \[Parâmetros para o Desencarceramento no Estado do Maranhão\]](#)



SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS PARTICIPA DO 4º ENCONTRO DAS REDES SOCIAIS LOCAIS EM BRASÍLIA

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) marcou presença no 4º Encontro das Redes Sociais Locais - Pontes Infinitas, que aconteceu no dia 25 de abril de 2024, das 8h30 às 15h30, no Clube do Choro de Brasília.

O evento teve como objetivo principal compartilhar os conhecimentos sistematizados nos fluxos específicos da Rede de Proteção do Estado, reconhecendo a importância dos fluxos locais para o fortalecimento das redes sociais locais.

O 4º Encontro das redes sociais locais do Distrito Federal foi um evento de grande relevância, reunindo aproximadamente 400 pessoas que atuam em diferentes áreas e setores, incluindo participantes de Caravanas de Direitos Humanos da SMDH.

Além disso, estiveram presentes atores de serviços que promovem direitos do Estado e da sociedade civil, representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, com capilaridade em todo o território do Distrito Federal. Cada Região Administrativa contou com uma rede social local representada no encontro, demonstrando a abrangência e diversidade das redes presentes.

O evento foi realizado no Clube do Choro de Brasília e proporcionou um espaço aberto para integração e fortalecimento das redes sociais locais de todo o Distrito Federal. A participação de tantos atores e instituições demonstra o engajamento e comprometimento com a promoção dos direitos e o desenvolvimento humano e social na região.

Para notícia completa [Confira aqui](#)

Rua do Desenho, Quadra 10, Casa 29, Cohafuma
CEP 65071000 | São Luís - Maranhão
(98) 3231-1601/3231-1897

SGAN, 914, Conj. F, Casa 02, Aldeias Infantis
CEP 70790-140 | Brasília - Distrito Federal
(61) 3273-4580

<http://www.smdh.org.br>
Facebook: [@smdh.vida](#)
Instagram
Youtube: [@smdhvida](#)



Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar o site e nossas redes!



Realização:



Apoio:

